

POTENCIALIDADES DO ENSINO DE SOCIOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)

Antonio Alberto Brunetta¹
Letícia Hummel do Amaral²

Resumo: Este estudo teve como objetivo investigar o ensino de Sociologia em cursos de graduação da UFSC (Biblioteconomia, Psicologia, Odontologia, Nutrição, Economia, Administração, Serviço Social, Design e Jornalismo) para analisar as potencialidades educativas e as limitações no ensino desta disciplina no que se refere à formação acadêmico-profissional. Foram analisados os documentos oficiais da UFSC, as diretrizes curriculares nacionais para cursos de graduação e as matrizes curriculares dos referidos cursos, os quais foram confrontados com os depoimentos dos coordenadores e dos professores de Sociologia que ministraram aulas nesses cursos. Pretendeu-se, contribuir com um panorama das expectativas institucionais e de seus sujeitos quanto à importância da Sociologia na formação profissional. Admitidas as potencialidades próprias da disciplina de Sociologia, de estimular os alunos para a capacidade reflexiva, contribuindo para a construção de um pensamento crítico e um saber relacional, isto é, atuando para uma formação mais humanista, percebeu-se que suas potencialidades educativas são defendidas como fundamentais na formação acadêmico-profissional; entretanto, suas possibilidades pedagógicas enfrentam vários obstáculos, que vão desde condições estruturais e institucionais desfavoráveis, àqueles que se apresentam dentro da sala de aula, no próprio processo ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Ensino de Sociologia. Currículo. Educação Superior. Desenvolvimento profissional.

SOCIOLOGY TEACHING POTENTIALITIES FOR THE DEVELOPMENT OF PROFESSIONAL FORMATION IN UNDERGRADUATION COURSES AT UFSC

Abstract: This work aimed to explore the teaching of Sociology in different UFSC courses (Librarianship, Psychology, Odontology, Nutrition, Economy, Administration, Social Services, Design and Journalism) in order to analyze the educational potentialities and limitations in the study of this discipline as related to an academic and professional education. We analyzed UFSC official documents, as well as the National Curricular Directives to some graduation courses and their curricular matrices to which we confronted some interviews done with coordinators and Sociology instructors of these courses. We intended to contribute with an overview of the institutional expectations as well as the subjects' involved concerning the importance of Sociology in the professional formation. Given the inherent potentialities of this discipline (Sociology) to stimulate students to a reflexive capacity, a critical way of thinking and a relational ability, that is, actuating towards a more humanist education, it was perceived, that its educational potentialities are felt as fundamental in the academical and professional formation, but its pedagogical possibilities meet various obstacles, from unfavorable structural and institutional conditions to those that present themselves in the classroom, in the teaching-learning process.

Keywords: Teaching of Sociology. Curricula. Higher education. Professional development.

¹ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) e Prof. Adjunto do Departamento de Metodologia de Ensino da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Email: alberto.brunetta@ufsc.br

² Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Email: leticiahummel@hotmail.com

1. O contexto do ensino de sociologia na formação acadêmico-profissional

O ensino de Sociologia na educação superior, nos diversos cursos acadêmicos em que ela se faz presente – não está igualmente amparado pelo debate acumulado sobre a presença da disciplina na educação básica. Ainda sim, a discussão sobre seus objetivos pedagógicos e sentidos de ensino na educação básica, mostra-se profícua para incitar reflexões sobre as potencialidades e limitações de seu ensino em cursos superiores.

Atualmente, a disciplina de Sociologia faz parte da matriz curricular de diversos cursos de graduação que compõem as grandes áreas do saber e, portanto, existe concreta demanda de sociólogos para atuarem no magistério superior como professores de disciplinas da área da Sociologia. Thomé (2011) problematizou o tema por meio de comunicação à Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS):

Sou socióloga, ou melhor, professora de Sociologia que não forma alunos de Ciências Sociais, mas futuros profissionais de cursos como administração de empresas, pedagogia e contabilidade. A grande pergunta que se coloca para mim na minha prática pedagógica é: É possível com duas horas semanais de encontro com a sociologia, que “alunos-trabalhadores” de curso noturno, sejam cidadãos autônomos, críticos, menos reféns da cultura de massa e da irracionalidade do poder econômico e político que assolam a sociedade contemporânea? (THOMÉ, 2011, p.1).

A autora parte do pressuposto de que seu objetivo com a disciplina de Sociologia deva estar relacionada ao empoderamento dos estudantes (pensamento crítico, emancipação, autonomia), visando seu reconhecimento como cidadãos, missão esta que ela, simultaneamente, coloca em dúvida devido ao pequeno espaço concedido à Sociologia na educação superior (nos “outros cursos”) de uma forma geral. Porém, seu depoimento sugere que, em vista dos objetivos pedagógicos colocados em âmbito legal pra esta disciplina, torna-se extremamente desafiadora, e possivelmente frustrante, a prática pedagógica com esta disciplina na formação profissional.

No que concerne às orientações legais e formais para a educação superior está presente o discurso de uma formação que prepare para o mercado de trabalho, e que oriente os estudantes para o exercício da cidadania, tal como na *Orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação* (1997) que determina que as diretrizes devam também “(...) incluir dimensões éticas e humanísticas, desenvolvendo no aluno atitudes e valores orientados para a cidadania” (MEC, 1997, p.1). Por sua vez os projetos pedagógicos dos cursos de graduação (PPCs) em análise, em consonância com as DCNs, sugerem que as disciplinas da área das humanidades constituam o campo do conhecimento acadêmico mais

habilitado a assumir a responsabilidade pela formação crítica, ética, em consonância com uma noção de cidadania insuficientemente debatida.

Reiterando a problemática, sabe-se que a disciplina de Sociologia tem atualmente sido ofertada em diversas configurações nos mais diversos cursos de graduação em instituições de ensino superior (IES) públicas e privadas, com uma demanda cada vez maior dos cursos, sobretudo a partir da década de 1990 quando da expansão do ensino superior. Sartori (2012) fez um interessante estudo a partir desta mesma temática, mas no campo da Antropologia, o qual trouxe relevantes elementos de análise. Segundo ele:

A inclusão da disciplina nos programas da maioria dos cursos passou a ser requerida pelo seu potencial teórico, que passa necessariamente pela compreensão do Outro, a partir dos seus valores, da sua cultura. É neste cenário que a Antropologia está inserida, e tudo indica que, cada vez e sempre mais, serão solicitadas dos seus praticantes, particularmente dos docentes, contribuições para a compreensão daquilo que se tornou o seu legado: o estudo dos humanos e o respeito pelas diferenças. (SARTORI, 2012, p.100).

Ainda que a representatividade das disciplinas das humanidades seja mínima no tocante às composições das matrizes curriculares da maior parte dos cursos superiores, com o processo de expansão do ensino superior a partir da década de 1990, há um efetivo aumento de oferta de cursos, sobretudo em instituições privadas de ensino cuja “tentativa” de se promover uma ênfase curricular básica, de cultivo da cultura geral e das humanidades (PEREIRA, 2011), resultou na inserção de algumas disciplinas das humanidades nos currículos, incluindo as áreas de Antropologia, Sociologia, História, Ciência Política, Psicologia e Filosofia. Embora na maior parte dos casos analisados os cursos tenham procurado enxergar a melhor forma de conjugação do campo de conhecimento das humanidades com seus cursos de origem, acabam por conferir um sentido de instrumentalidade na relação dos cursos com a Sociologia e os outros campos de saber de uma forma geral. É fato que muitos cursos de graduação atualmente incluam disciplinas ou de *Introdução à Sociologia*, ou *Sociologia da/e*, nas suas interfaces com outras áreas de saber, implicando em disputas, mas também acomodações epistemológicas, desses campos por espaços no currículo³.

³ O curso de Pedagogia da UFSC não entrou no campo desta pesquisa por não contar com disciplinas que levem ou o nome de Sociologia ou a sigla SPO, do departamento de Sociologia e Ciência Política. Todavia, seu último currículo (2009) traz disciplinas como “Estado e políticas educacionais”, “Educação e Sociedade I e II” e “Educação e Trabalho” que parecem sugerir a existência de problematizações pertinentes ao campo da Sociologia.

Outra contribuição da literatura ao debate se deu por ocasião do encontro: *Ensino de Antropologia: diagnóstico, mudanças e novas inserções no mercado de trabalho*, em 2002, em especial no Fórum: *Ensino de Antropologia em outros cursos*, cujos debates se deram em torno dos seguintes aspectos: (1) levantamento dos cursos que têm disciplinas de Antropologia; (2) metodologia; (3) conteúdo: introdução à Antropologia Geral ou disciplinas dirigidas?; (4) Professores do quadro do departamento de Antropologia ou dos departamentos voltados para outros cursos?; e (5) partilha das experiências vividas (GROISMAN, 2002, p.334). Tais questionamentos se mostram bastante pertinentes também para a presente pesquisa, e em alguma medida serão cotejados.

(...) a questão da relevância de se avaliar se devem ser genericamente unificadas ou se devem ser diversificadas conforme o curso para o qual se dirigem. Foram propostas, ainda, a ampliação da carga horária das disciplinas e a ampliação do número de inserções de disciplinas de Antropologia em outros cursos. (GROISMAN, 2002, p.338).

Doravante, percebe-se que há uma preocupação e mobilização por parte de profissionais da área da Antropologia que envolve questões tanto legais quanto políticas (de legitimação) da profissão, como questões político-epistemológicas e didático-pedagógicas, de extrema pertinência e importância para a autocrítica da própria Antropologia enquanto ciência, e sua relação com a formação profissional e com a sociedade de uma forma mais ampla.

Tendo em vista as mesmas razões que fazem urgir a reflexão e que motivaram profissionais de Antropologia a discutirem sobre a sua prática de ensino na formação profissional dos mais variados cursos, entendemos que seja de extrema importância existir um debate no âmbito da Sociologia que problematize os objetivos pedagógicos e as potencialidades educativas do conhecimento sociológico na formação profissional.

Assim, vemos como necessária a promoção de uma sólida formação básica em humanidades no ensino superior, mas entendemos que essa garantia dependerá da atual política curricular e das expectativas institucionais com relação à presença da Sociologia nas matrizes curriculares dos cursos de graduação, e que tipo de vinculação as propostas pedagógicas apresentam em relação à noção de cidadania.

2. Prescrições legais e expectativas institucionais para a sociologia nos cursos de graduação: um diálogo possível?

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), lócus dessa pesquisa, apresenta como missão [...] produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade de vida. (UFSC, 2009). Em seu projeto pedagógico institucional (2015-2019)⁴, é ressaltado que sua política de ensino [...] enfatiza a preparação do ser humano para entender e intervir adequadamente na sociedade em que vive, buscando formar cidadãos com uma visão inter e multidisciplinar de sua área de atuação, com pensamento global em suas ações e elevados padrões éticos. (UFSC, 2015-2019, p. 37).

Nos textos institucionais da UFSC fica evidente, portanto, a missão de promover a formação de profissionais qualificados para o mercado de trabalho, de pesquisadores e, sobretudo, de cidadãos aptos a desempenhar seu papel na sociedade. Ou seja, em tese, o papel da UFSC está para além da formação profissional em seu sentido técnico estrito; ela se propõe dar conta simultaneamente de uma formação política, embora liberal-conservadora, convergente ao discurso oficial.

Nesse sentido, a hipótese central deste estudo é de que ao propor uma formação que seja ao mesmo tempo técnica/profissional e política, o MEC e as IES em geral (em consonância às proposições oficiais) acabaram por vincular, por meio da flexibilização curricular (MEC, 2003), a disciplina de Sociologia – dentre outras da área das humanidades, a tal dimensão ética e humanística, expressa nos documentos mais recentes do MEC e também nos mais recentes projetos pedagógicos dos cursos como formação para o exercício da cidadania. No entanto, também no caso da educação superior, os documentos não problematizam sobre os significados de cidadania, permitindo que estes orbitem no paradigma liberal.

No contexto da UFSC, o departamento de Sociologia e Ciência Política (SPO) oferta nove disciplinas de Sociologia⁵ ministradas em cursos que formam outros profissionais. A fim de delimitar um recorte para este estudo, restringiu-se a análise a esses nove cursos, conforme tabela abaixo:

Tabela 1: Disciplinas de Sociologia atualmente ofertadas pelo departamento de Sociologia e Ciência Política para outros cursos de graduação da UFSC

⁴ Disponível em: <http://coafor.prograd.ufsc.br/projeto-institucional-de-formacao-inicial-e-continuada-de-docentes-para-a-educacao-basica/>. Acesso em 10 jul. 2017.

⁵ Há também aquelas do âmbito da Ciência Política, também ofertadas em outros cursos.

Curso	Disciplina	Fase	Cr.	Ementa
Adm.	SPO7003 Sociologia Aplicada	4 ^a	2	Histórico da aplicação de ciências humanas na empresa. Desafios sociais contemporâneos e sua influência na empresa hoje. Estrutura social e poder. A empresa como unidade sociológica de relações humanas próprias.
Economia	SPO5110 Sociologia	2 ^a	4	Aspectos históricos do desenvolvimento do pensamento sociológico. A sociologia como ciência. Conceitos sociológicos fundamentais. Quadros referenciais para o estudo da sociedade: noções básicas do materialismo histórico e do funcionalismo.
Serviço Social	SPO7104 Introdução à teoria sociológica	1 ^a	4	SPO7104 – O contexto histórico do surgimento da Sociologia, concepção de homem e sociedade nas matrizes clássicas do pensamento sociológico. Comte, Durkheim, Weber e Marx.
	SPO7105 Teoria Sociológica Contemporânea	Op	4	SPO7105 - Pensamento social contemporâneo. A praxeologia de Pierre Bourdieu. A Escola de Frankfurt. O pós-modernismo de Michel Foucault, Boaventura de Sousa Santos, Latour, Anthony Giddens e outros.
Nutrição	SPO5114 Sociologia e Saúde	1 ^a	3	Organização e estrutura social; perspectivas ecológica, antropológica e sociológica da saúde.
Odont.	SPO7101 Interação Comunitária I	1 ^a	5	Relação Saúde e Sociedade. Formação do Estado Moderno. Estrutura Social. Processo saúde-doença.
Jornal.	SPO5112 Sociologia Geral e da Comunicação	2 ^a	2	Contexto histórico do surgimento da Sociologia. Noções básicas do materialismo histórico e do funcionalismo. Conexão entre Sociologia Geral e da Comunicação.
Design	SPO5113 Sociologia e Cultura	2 ^a	2	Conceitos sociológicos e culturais. Modernidade: concepções. Pós-modernidade: concepções. Cultura de massa: conceitos. Hibridação Cultural: o caso específico da América Latina.
Bibliotec.	SPO5116 Introdução à Sociologia para Biblioteconomia	2 ^a	4	Aborda o surgimento e as principais vertentes teóricas da Sociologia; a natureza da organização e da estrutura social; cultura e instituições sociais; controle e mudança social, problemas sociais; sociedade e informação; bases sociais das organizações.
Psicologia	SPO5129 Sociologia Geral	2 ^a	4	Aspectos históricos do desenvolvimento do pensamento sociológico. A sociologia como ciência. Conceitos sociológicos fundamentais. Quadros referenciais para o estudo da sociedade: noções básicas do materialismo histórico e do funcionalismo.

Fonte: Dados sintetizados pelos autores

Uma pesquisa exploratória na matriz curricular dos demais cursos presenciais de graduação da UFSC quer sejam: todos aqueles que não têm disciplinas obrigatórias de sigla SPO, aponta que existem disciplinas cujos conteúdos são *a priori* do âmbito da Sociologia e

que, todavia, têm estado sob a responsabilidade dos departamentos dos cursos de origem⁶. Vale ressaltar que este processo traz sérias implicações ao currículo em sua acepção mais ampla, tendo em vista que não é mais o departamento onde se concentram os especialistas desta área de saber específica que discute a contribuição da Sociologia na formação profissional, mas antes, são outros os profissionais que darão os encaminhamentos pedagógicos no que se refere à prática docente com esta disciplina. Disso pode decorrer uma visão instrumental e a perda de *status* da Sociologia em relação aos demais campos de saber, deslegitimando-a como ciência autônoma, com saberes específicos acumulados historicamente, e que tem a tradição de estar em constante processo de autocrítica.

Um dos coordenadores de curso (C7)⁷, explica as motivações para o processo de incorporação de disciplinas de outros departamentos:

(...) a gente sente aqui problemas com as disciplinas que são externas ao curso, que são oferecidas por outros departamentos. Nós tínhamos nesse caso sete disciplinas de outros departamentos oferecidas pro nosso curso e a gente via que a prioridade do nosso curso nos outros departamentos era secundarizada. Com a Sociologia foi uma particularidade, assim, a Sociologia foi uma disciplina que brigou por permanecer com o mesmo conteúdo, com a carga horária, enfim. E daí a gente negociou, fez as ementas. Agora dos outros cursos a gente retirou as disciplinas por não se sentir contemplado com disciplinas de pelo menos três cursos. Nós tomamos as disciplinas pra nós.

Ou seja, percebe-se que a insatisfação dos outros cursos com a participação (considerada neste caso negligente) de outros departamentos na contribuição para a formação de um dado profissional também serve de justificativa à incorporação dessas disciplinas pelo curso demandante, as quais quando consideradas importantes são mantidas na matriz curricular, mas sob a sigla do departamento diretamente responsável por tal curso. É também válido investigar se, frente à dinâmica interdepartamental, a negociação da responsabilidade por uma disciplina se relaciona com o número de professores existentes no departamento e a possibilidade de contratação de novos professores.

Quando somadas as disciplinas de Sociologia ofertadas pelo Departamento de Sociologia e Ciência Política (SPO) àquelas que são administradas pelo departamento responsável pelo curso de origem, pode-se afirmar que atualmente a representatividade de conhecimentos da Sociologia nas matrizes curriculares dos cursos de graduação da UFSC é ínfima. Foi verificado que cada curso tem a sua especificidade em termos de ênfases

⁶ A exemplo da disciplina *Sociologia Jurídica*, anteriormente de responsabilidade do departamento de Sociologia e Ciência Política, atualmente de responsabilidade do departamento de Direito.

⁷ Os coordenadores de curso entrevistados são identificados pela letra “C” seguida de números de 1 a 9.

curriculares, mas de um modo geral eles se mostram sobremaneira profissionalizantes. Conforme Pereira (2011), o debate curricular é normalmente um reflexo do debate mais amplo acerca das funções da universidade:

Esses posicionamentos, que marcam diferenciações na forma de concebê-la e planejá-la, têm solicitado funções díspares que vão desde entendê-la como uma instituição fortemente cientificista ou intelectualista (como se classificam as mais importantes universidades americanas e europeias), uma instituição essencialmente profissionalizante e tecnicista (como são geralmente as universidades em países em desenvolvimento) e ainda como funcionalista e a serviço do Estado (como são entendidas as universidades dos países do Leste Europeu, Rússia, China, Cuba, Coréia do Norte). (PEREIRA, 2011, p. 113).

Na UFSC verifica-se que as humanidades estão presentes apenas na minoria dos cursos de graduação, contradizendo o discurso oficial que pretende se legitimar sobre a promoção de uma sólida “formação cidadã”. Nesse sentido, os projetos pedagógicos dos nove cursos trazem vários elementos políticos e ideológicos, ainda que subjacentes; quanto ao modelo de organização curricular adotado, e em especial quanto à presença da disciplina de Sociologia como componente curricular. Netto (1999) sustenta que além de coexistirem diversos projetos societários em relação de poder, existem projetos de profissões e, assim, faz uma relevante observação:

É importante ressaltar que os projetos profissionais também têm inelimináveis dimensões políticas, seja no sentido amplo (referido às suas relações com os projetos societários), seja em sentido estrito (referido às perspectivas particulares da profissão). Porém, nem sempre tais dimensões são explicitadas, especialmente quando apontam para direções conservadoras ou reacionárias. Um dos traços mais característicos do conservadorismo consiste na negação das dimensões políticas e ideológicas. (NETTO, 1999, p. 5).

Para cumprir com os objetivos desta pesquisa são apresentados os objetivos definidos pelas DCNs e pelos PPCs para que seja possível avaliar o papel formativo que se coloca à Sociologia nesses cursos.

Tabela 2: Objetivos dos cursos definidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais⁸

Curso	Diretrizes Curriculares (Perfil dos Formandos, aspectos relacionados)
-------	---

⁸ Disponível em <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/atos-normativos--sumulas-pareceres-e-resolucoes?id=12991>. Acesso em 10 de julho 2017.

Biblioteconomia	[...] refletir criticamente sobre a realidade que os envolve, buscar aprimoramento contínuo e observar padrões éticos de conduta, os egressos dos referidos cursos deverão ser capazes de atuar junto a instituições e serviços que demandem intervenções de natureza e alcance variados: bibliotecas, centros de documentação ou informação, centros culturais, serviços ou redes de informação, órgãos de gestão do patrimônio cultural etc. (CNE, 2001, p. 32)
Odontologia	[...] com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, para atuar em todos os níveis de atenção à saúde, com base no rigor técnico e científico. Capacitado ao exercício de atividades referentes à saúde bucal da população, pautado em princípios éticos, legais e na compreensão da realidade social, cultural e econômica do seu meio, dirigindo sua atuação para a transformação da realidade em benefício da sociedade. (CNE, 2002, p.1).
Nutrição	[...] com formação generalista, humanista e crítica, capacitado a atuar, visando à segurança alimentar e à atenção dietética, em todas as áreas do conhecimento em que alimentação e nutrição se apresentem fundamentais para a promoção, manutenção e recuperação da saúde e para a prevenção de doenças de indivíduos ou grupos populacionais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, pautado em princípios éticos, <i>com reflexão sobre a realidade econômica, política, social e cultural</i> . (CNE, 2001, p.1).
Psicologia	[...] formação baseada nos seguintes princípios e compromissos: I - construção e desenvolvimento do conhecimento científico em Psicologia; II - compreensão dos múltiplos referenciais que buscam apreender a amplitude do fenômeno psicológico em suas interfaces com os fenômenos biológicos e sociais; [...] IV - compreensão crítica dos fenômenos sociais, econômicos, culturais e políticos do País, fundamentais ao exercício da cidadania e da profissão; V - atuação em diferentes contextos, considerando as necessidades sociais e os direitos humanos, tendo em vista a promoção da qualidade de vida dos indivíduos, grupos, organizações e comunidades; VI - respeito à ética nas relações com clientes e usuários, com colegas, com o público e na produção e divulgação de pesquisas, trabalhos e informações da área da Psicologia; VII - aprimoramento e capacitação contínuos. (CNE, 2011, p.1).
Administração	[...] capacitação e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e econômicas da produção e de seu gerenciamento, observados níveis graduais do processo de tomada de decisão, bem como para desenvolver gerenciamento qualitativo e adequado, revelando a assimilação de novas informações e apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação do administrador. (CNE, 2005, p.1).
Economia	O curso deve ensejar capacitação e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e políticas relacionadas com a economia, revelando assimilação e domínio de novas informações, flexibilidade intelectual e adaptabilidade, bem como <i>sólida consciência social</i> indispensável ao enfrentamento de situações e transformações político-econômicas e sociais, contextualizadas, na sociedade brasileira e no conjunto das funções econômicas mundiais. (CNE, 2007, p.1).
Serviço Social	Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, com capacidade de promover o exercício pleno da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. (CNE, 2001, p.14).

Design	O curso deve ensinar capacitação para a apropriação do pensamento reflexivo e da sensibilidade artística, para que o designer seja apto a produzir projetos que envolvam sistemas de informações visuais, artísticas, estéticas culturais e tecnológicas, observados o ajustamento histórico, os traços culturais e de desenvolvimento das comunidades bem como as características dos usuários e de seu contexto sócio-econômico e cultural. (MEC, 2004, p.1).
Jornalismo	Para alguns, a ênfase em teorias gerais da comunicação seria positiva para a formação do jornalista. Ela proporcionaria aos futuros profissionais a necessária capacidade de “olhar mais amplamente a sociedade”, evitando-se assim uma formação estritamente “tecnicista”. Por outro lado, os que defendem o modelo de bacharelado específico para jornalismo alegam que o atual modelo, ou seja, generalista, reduz demasiadamente o espaço para discussões fundamentais à atividade do jornalismo em troca de discussões de natureza mais abstratas sobre comunicação e papel da mídia. (CNE, 2013, p.3)

Fonte: Dados sintetizados pelos autores

Nesse sentido, o que as DCNs (e os PPCs em consonância) – sugerem é que, adeptos das proposições da UNESCO, os sistemas educacionais devem formar profissionais e cidadãos para a adequação a uma sociedade cuja configuração já está dada, e nessa retórica, cujos problemas e dilemas tampouco tiveram suas origens questionadas. Também o modelo de homem desejado já foi padronizado segundo critérios que, em última instância, obedecem ao mercado. Portanto, os documentos sugerem e orientam uma formação política, mas ela deve ser conservadora, indo de encontro aos princípios de autonomia e espírito crítico, revelando grande contradição e apontando problemas ao ensino de Sociologia que se deseja crítico.

Também não foi possível perceber uma modulação das matrizes curriculares analisadas que realmente contemple uma representatividade mínima para se admitir uma “sólida formação básica” nesses cursos. Entretanto, no que se refere a tal “formação para a cidadania”, esta realmente parece estar designada às disciplinas de Sociologia, dentre outras das humanidades que também aparecem com frequência nas matrizes curriculares, tais como a Ciência Política, a Filosofia, em menor número a História e a Psicologia, ao menos nos cursos em análise nesta pesquisa. Reiterando, sugere-se que o contato dos alunos com esse conhecimento incline-os a uma postura cidadã, que entendida nos termos dos relatórios da UNESCO, referem-se a uma participação responsável na sociedade e na política, convergindo a um discurso conservador, de ajustamento do trabalhador à ideologia política dominante.

3. A sociologia e sua relação com a formação crítica e cidadã: tensões e disputas sobre o currículo universitário

A disciplina de Sociologia, na educação superior (em outros cursos que não o de Ciências Sociais) foi legitimada nas matrizes curriculares, no âmbito legal e formal, por sua potencialidade de desenvolver nos estudantes os valores relacionados à cidadania. Entretanto, ao não se problematizar a ideia de cidadania nos documentos, a política curricular oficial permite que esta orbite no paradigma liberal, isto é, ela é subsumida ao entendimento de participação social e política. Nesse sentido, com o intuito de representar as concepções tanto dos ofertantes quanto dos demandantes das disciplinas em questão, trazemos os depoimentos de professores que ministram/ministraram disciplinas de Sociologia nos cursos, e dos coordenadores dos cursos.

Quanto às especificidades do ensino de Sociologia em cada curso, percebe-se com o depoimento desses docentes que existem desafios do ponto de vista das demandas dos diferentes cursos (representado pelas diferentes ementas), e dos estudantes os quais, segundo as experiências de alguns professores, além de chegar ao ensino superior sem uma noção elementar dos temas e conceitos da Sociologia, não parecem se importar com um conhecimento que não tenha aplicabilidade imediata e que não se relacione diretamente com seus cursos, tal como apontado pelos professores P1⁹ e P6, respectivamente:

[...] muitos vêm com um déficit do ensino de Sociologia ou mesmo de Filosofia do ensino médio, ou seja, eles chegam na Universidade, me parece que eles só tem uma necessidade, um desejo de saber técnico, e quando você apresenta por exemplo um esquema de pensamento, ou questiona eles sobre o que é cultura, ideologia, como funciona o Estado [...] vem palavras com significado vazio. Então o professor acaba tendo que construir em níveis muito básicos algumas questões.

[...] a gente tem duas combinações ruins em geral: 1- os alunos dos outros cursos estão interessados nas matérias dos outros cursos e não nessa; 2 – e a gente tem também uma tradição cada vez menor de leitura dos textos. [...] Então você vê que há por parte dos alunos uma tentativa de se fazer uma certa economia das disciplinas, o que é uma coisa compreensível... [...] e a disciplina de Teoria Sociológica entra entre as disciplinas que deve ter menos custo, isso significa uma apreensão de leitura também menor, ou se for possível nenhuma leitura.

É também recorrente na fala dos professores que a disciplina de Sociologia representa a presença de uma dimensão humanística do ensino superior, ou seja, ela vem em contraposição ao tecnicismo presente na maior parte dos cursos universitários. E, por haver notáveis especificidades na presença da Sociologia nos cursos, relacionam-se abaixo as perspectivas dos professores acerca dessa problemática em seis dos nove cursos analisados, quais sejam,

⁹ Os professores entrevistados são identificados pela letra “P” seguida de números de 1 a 6.

Odontologia¹⁰ (P1), Nutrição (P5), Economia (P4), Administração (P4), Jornalismo (P2) e Serviço Social (P5), nessa ordem:

[...] Não havia antes nenhuma disciplina que juntasse essa visão mais humanizada acerca da saúde. Então ela vem pra cumprir essa lacuna. Mas ela também é uma disciplina que vem fazer um tratamento das noções básicas da Sociologia e articular também com as noções básicas da Ciência da Saúde, e da saúde bucal. Ela tenta fazer uma compreensão de como que funciona a questão da saúde no espaço público, e como que são as políticas do Estado [...] é uma grande aula de crítica a primeiro momento, e num segundo momento eles acabam entendendo aquilo pro qual a gente direciona que é uma visão também daquilo que é público, afinal, estamos dentro de uma universidade pública, então você deveria ao menos valorizar a lógica do espaço público.

É importante para que eles percebam mais essa questão humanística mesmo; do tratar com o paciente não como se fosse uma mercadoria, mas sim como um sujeito, um individuo que engloba uma questão cultural muito grande, ampla; que percebam que o individuo é socializado, que ele vive de cultura, que as doenças às vezes são dadas pela própria cultura [...] Eles enquanto futuro nutricionistas tem que aprender a ver essa proporção dos fatos, as questões sociais que envolvem os indivíduos, como os pacientes deles.

O bom economista tem que ser antes de tudo um sociólogo no mínimo razoável, senão eles partem do pressuposto que matematiza muito e trata o ser humano do ponto de vista de máquina. E aí fica uma coisa completamente infeliz [...] Então, você trazendo a Sociologia para esses caras, você tendo uma visão mais compreensiva, eles conseguem uma forma de problematizar essas coisas. Pensar em termos culturais, pensar em algum grau de irracionalidade: como a emoção ligada à ação, pensar em coisas que eles realmente desconsideram.

Já na Administração, existe uma ementa esquizofrênica que pede pra você dar Weber, Marx e Durkheim, e depois discutir responsabilidade social e ambiental. Não cabem essas duas coisas numa cadeira de dois créditos. [...] Não dá pra fazer nessa cadeira algo mais que uma disciplina técnico-instrumental.

[...] O Jornalismo entendia que era preciso tornar o curso mais técnico, que havia uma certa cobrança do mercado de que as escolas preparavam mal os jornalistas. [...] Então pra atender o mercado [...] os cursos se tornaram mais tecnicistas e houve aí uma perda na área de humanas nessas faculdades. Então pra nós isso causou um problema porque daí reduziu-se muito o número de créditos e a gente chegou a esse nível de ter uma disciplina de dois créditos chamada Sociologia Geral e da Comunicação (36h/aula) e mais nada. [...]

[...] Muita gente acredita, lá no Serviço Social, que Sociologia é Marx. Meu trabalho é então no sentido de desconstruir muito essa ideia de que a Sociologia está vinculada ao marxismo e a ideia de querer salvar o mundo através da ideia do marxismo. [...] Em certos momentos eu até peço que eles façam uma crítica à teoria e como ela realmente se aplica à realidade ou não [...].

O vínculo empregatício dos profissionais com a instituição também se apresenta como desafio institucional. Segundo o professor P3, são normalmente os substitutos contratados em

¹⁰ Designada Interação Comunitária I, a disciplina conta com a participação de dois professores (um da Sociologia e um da Odontologia) dividindo além da ementa, o programa de ensino e a sala de aula.

caráter temporário que assumem as disciplinas de Sociologia e Ciência Política fora do departamento, os quais sofrem com uma precarização e intensificação ainda maior de trabalho, se comparado aos efetivos, ou seja, além de, muitas vezes, eles ministrarem aulas de Sociologia em diversos cursos ao mesmo tempo, em cujas ementas são bastante diferentes (além daquelas da Ciência Política), estes também não contam com uma infraestrutura adequada para preparar suas aulas, não tem prospecção de carreira, tem um número muito maior de alunos, ao menos no caso da UFSC.

No Design a abordagem é muito diferente da Economia e da Administração, o que complica também porque os professores não tem uma formação própria pra isso na Sociologia. Ou, se tivesse um professor com formação específica pra dar aula em cada um desses cursos, esses professores deveriam assumir essas disciplinas. Mas o pior é que de uma forma geral essas disciplinas são sempre assumidas por professores substitutos. Então cada ano vem alguém que acaba dando uma Sociologia Geral[...].

Vale considerar que, posteriormente à criação do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI¹¹), que objetivou a ampliação do acesso e permanência na educação superior, ampliou também a contratação de professores substitutos, sobretudo a partir da medida-provisória de nº 525/2011, convertida na Lei nº 12.425, de 17 de julho de 2011. Se anteriormente, a contratação de professores substitutos tinha o caráter de excepcionalidade, isto é, era permitida apenas em razão de exoneração, demissão, falecimento, aposentadoria, afastamento ou licença; a partir de 2011, afrouxaram-se os critérios que permitem esse tipo de contratação temporária, atualmente 20 (vinte) por cento do total de docente efetivos em exercício em cada instituição (MOURÃO, 2012).

Outra questão abordada com os docentes refere-se aos seus posicionamentos quanto à existência de objetivos para a disciplina de Sociologia de uma forma geral para a formação profissional. O professor P5 corrobora com as teses que defendem que a educação tem sido cada vez mais orientada por valores tecnicistas. A necessidade de trazer uma formação mais humanística para os currículos de graduação novamente aparece como argumento, também para esta questão, que se propunha mais abrangente que a anterior:

[...] nas comunidades universitárias de outros cursos que não sejam as humanas, eles não conseguem ter uma reflexão concreta com respeito ao entorno social. Então é tudo muito manipulado pelas ideias da sociedade. [...] Então eles simplesmente distinguem as coisas de maneira muito determinista, não traçam relações, não tentam entender o que está englobando essa situação. Eu acho que se deveria trazer

¹¹Instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.

mais temas da Sociologia; tentar que ela se vincule mais aos outros cursos por uma questão de desenvolvimento humano desses profissionais.

O professor P6, por seu turno, sugere que a contribuição da Sociologia nos “outros cursos” poderia ser mais produtora se tivesse como objetivo a problematização de dilemas sociais ao invés do ensino dos clássicos, tendo em vista as dificuldades já apontadas por ele com relação à falta de interesse dos estudantes pela disciplina de Sociologia, na configuração em que ela está posta hoje¹²:

[...] colocar os alunos um pouco com o pé no chão da realidade social brasileira. Eu não sei se o objetivo da Sociologia seria efetivamente o de discutir as matrizes clássicas do pensamento social [...] Falar sobre pobreza, falar sobre cotas, falar sobre o lugar da mulher na sociedade, dar esse chão social.

Apenas um dos seis professores entrevistados relacionou explicitamente a importância do ensino de Sociologia na formação acadêmico-profissional à formação para a cidadania, tal como preconizam os documentos oficiais:

[...] A gente prepara também cidadão na Univesidade, né? Só por isso já se justificaria a gente ter o ensino da Sociologia, por exemplo, em áreas técnicas também, né. Por que em áreas como a Engenharia não são ministradas essas cadeiras, né? Eu fico imaginando a dificuldade de um aluno dessa área sem ter a mínima noção sobre a sociedade, Estado etc, né. [...] Então nessas áreas, os conteúdos vinculados ao nosso departamento são chave, primordiais. Não só pra formação acadêmica, mas pra formação do cidadão.

O professor P4, por sua vez, quando questionado sobre os objetivos mais gerais da Sociologia, sustenta que do seu ponto de vista, as expectativas dos outros cursos são meramente técnicas e instrumentais:

Aí os caras têm uma resistência do lado deles; às vezes os professores são mal preparados mesmo e vão lá fazer qualquer coisa, entende? E não se consegue chegar nessa proposta que seria um enriquecimento técnico do arcabouço teórico desses caras, pra conseguir construir e aplicar aquela coisa que eles estão aprendendo. As propostas parecem que são estas. [...] Não são propostas para desenvolver o raciocínio crítico etc.

E há professores que entendem, em contrapartida, que realmente a disciplina deva ser adequada às necessidades dos outros cursos, tal como o professor P6 a define: “o curinga social dos outros cursos”, mas esta fala sugere ainda uma ausência de preocupação com uma possível descaracterização do conhecimento sociológico.

¹² Vale mencionar que as principais configurações encontradas nas matrizes curriculares desses cursos são duas: ou se pretende dar uma Introdução à teoria sociológica, com ênfase nas matrizes clássicas; ou se pretende que ela faça interface com o curso de origem, expressa nas disciplinas Sociologia da/e (Cultura, Saúde etc).

Fica evidente que todos os docentes defendem como fundamental a presença da Sociologia nos cursos, seja em específico ou de uma forma geral, principalmente por sua potencialidade de estímulo à capacidade crítica dos alunos, dado seu caráter reflexivo, problematizador da realidade social; assim também por representar uma formação humanística, em contraponto ao tecnicismo crescente e hegemônico na educação. Entretanto, vários deles apontam limites para o cumprimento dessas potencialidades, como já mencionado, em alguns casos justamente por esse mesmo caráter instrumental; mas também pelo pouco tempo concedido à Sociologia nas matrizes curriculares; e até por conta, no caso dos substitutos, de ter que por vezes trabalhar com uma diversidade muito grande de ementas (com temas que não são de sua especialidade), o que expressa a intensificação ainda maior de trabalho para esses docentes. Uma lacuna advinda do ensino médio em termos de formação, e a falta de estímulo cognitivo para uma leitura mais densa também é um argumento recorrente.

Vale destacar, acima de tudo, que independentemente de suas opiniões a este respeito, foi possível identificar a partir das suas falas que a configuração atual do trabalho pedagógico com esta disciplina nos cursos da UFSC se dá, na maior parte das vezes, por uma relação de instrumentalidade com o curso demandante, e vários dos docentes apontam limitações quanto às possibilidades de uma contribuição efetiva da participação da Sociologia na formação profissional, isto é, no sentido de desenvolver nos estudantes um pensamento crítico, ou um olhar sociológico. Ou seja, em boa parte dos casos, procura-se no vasto campo da Sociologia, aquele conhecimento mais útil, e que mais se aproxime dos objetivos mais amplos de formação daquele curso, até sob a justificativa de que, para conquistar a atenção dos alunos, para que a Sociologia faça algum sentido para eles, faz-se necessária essa relação de instrumentalidade, já que a cultura universitária atual, segundo o professor P1, tem na aplicabilidade do conhecimento o grande parâmetro para o *status* que a ele é concedido. Ou então se trabalha com os clássicos, ainda que haja professores que questionem a possibilidade real de os alunos conseguirem ver algum sentido formativo na leitura e trabalho com tais autores.

Um terceiro elemento de análise surge quando os professores são questionados sobre como se dá a comunicação entre eles e o curso onde lecionam/ lecionaram. Uma análise inicial permite afirmar que houve situações das mais diversas. Houve aqueles que não tiveram qualquer envolvimento, tal como para o professor P6 e P1, respectivamente:

Essa comunicação simplesmente nas experiências que eu tive foi zero. Não acontece nada. [...] Eu soube da sala que eu ia dar aula pela folha de presença. [...] Ninguém veio conversar comigo também do departamento de lá pra cá pra saber qual era a minha posição. Agora, relação entre departamentos como uma mediação para as minhas atividades, simplesmente não existiu.

Eu não presto contas à coordenação dos cursos, às vezes eles nem sabem que eu sou professor. Isso é uma falta de cuidado da UFSC. E uma faculdade boa se faz integrando os setores e aqui eu não sinto isso. Mas será que eu poderia ter ido procurar mais? Eu me pergunto. Mas da parte dos departamentos, não há interesse e eu não vejo perspectiva pra que isso aconteça.

Diferentemente de P6 e P1 que são substitutos, o professor P2 é efetivo e sua condição é decisiva na definição dos termos do relacionamento interdepartamental, ou seja, não há um aparato institucional que defina como devam se dar essas relações.

Em consonância com o argumento levantado, a experiência do professor P5, mesmo na condição de substituto(a), afirmou ter tido uma relação mais próxima com os cursos nos quais lecionou, mas vale ressaltar que ele(a) lecionou justamente nos cursos que apresentaram um maior interesse de integração dos professores de outros departamentos de uma forma geral.

Embora eu não seja do departamento, eu participo muito. Eu tenho ido às reuniões que o departamento têm oferecido. [...] Eu acho importante. [...] Eu não sei dizer se há um diálogo direto entre um departamento e outro, mas a questão é que eu sempre estou presente naquele departamento. Até por uma questão de discutir, saber o que o departamento está pensando, quais são os problemas, também os alunos, os questionamentos. [...] Eu acho que é uma questão de compromisso, né, com aquilo que você faz. E não só compromisso porque eu sou a professora e sim, porque eu tenho um compromisso com os alunos.

No intuito de trazer também a perspectiva dos demandantes da disciplina de Sociologia, foram entrevistados os nove coordenadores dos cursos para conhecer suas percepções sobre a importância da Sociologia na formação oferecida por seus cursos, sobre as demandas de alterações curriculares e sobre a dinâmica interdepartamental.

Na visão dos coordenadores as disciplinas de Sociologia aparecem como fundamentais para uma conscientização racional-científica da realidade social; são vistas como a importante dimensão humana da formação e da atuação profissional. O coordenador C2 é categórico:

[...] Ele [o estudante] vai ter que trabalhar com realidades sociais, e quanto melhor ele compreender isso, melhor ele vai conseguir lidar inclusive com seus objetivos. Eu acho que conhecer o ambiente onde você é inserido ajuda muito a você ser uma pessoa ativa naquele meio.

Percebe-se também uma forte relação de instrumentalidade de certos cursos com os conhecimentos da Sociologia, expressa na defesa dos próprios coordenadores no sentido de

adequar o conhecimento sociológico de forma que ele seja mais produtor, para que faça mais sentido aos alunos, respeitando as especificidades das demandas dos cursos. Todavia, ainda que alguns deles admitam o corte de créditos em reformas curriculares recentes, eles argumentam perceber o pequeno espaço concedido no currículo a esta disciplina como algo de impacto negativo à formação; e também uma limitação pedagógica para o ensino da disciplina. Há também, por vezes, o entendimento que a redução de créditos não impossibilita que os estudantes tenham acesso a esse tipo de conhecimento, seja por meio de matrícula em disciplinas optativas dentro do curso, ou como complementares quando os alunos se matriculam em disciplinas de interesse nos demais cursos, assim reverberando o sentido da flexibilização curricular conforme apontado anteriormente.

Os cursos em que a relação instrumental é mais evidente são o de Administração (C5) e o de Design (C8), respectivamente:

(...) Em administração a gente estuda um negócio que é organização; organização é agrupamento, coletivo, é conjunto, com as dimensões políticas, sociais, com as dimensões de vários níveis e vertentes. Isso é campo da Sociologia. É isso que eu acho que a gente tem que ter: a Sociologia com foco nas organizações, Sociologia aplicada às organizações. [...] dentro das complementares, a gente aceita qualquer disciplina dos cursos de graduação da UFSC, então permite que o estudante caso tenha interesse também faça disciplinas lá dos outros cursos.

[...] No Design o capital é importante pra nós, e a Sociologia também envolve isso. (...) Eu tenho certeza que a Sociologia deve estar envolvida em todo percurso do aluno, a preocupação com o ambiente social deve se dar durante o curso todo. Desde quando ele aprende os métodos até quando ele aplica no TCC dele, porque envolve o espaço onde ele vai se posicionar, que é o mercado, que é o dia de então..

O coordenador C4, do curso de Psicologia, traz uma discussão curricular mais ampla, mas que também se relaciona à dinâmica e forças que levam ao corte de disciplinas das humanidades dos currículos, o que tem levado os cursos a se orientar cada vez mais por uma ênfase curricular profissionalizante (PEREIRA, 2011). Ele traz também para a reflexão qual seria o grande desafio na dinâmica interdepartamental em termos epistemológicos, quer seja, o de oferecer a melhor contribuição possível da Sociologia no que toca à especificidade da formação em cada curso sem, no entanto, descaracterizar o conhecimento sociológico:

Uma óbvia questão é que infelizmente devido ao pragmatismo e a necessidade de ter um currículo mais enxuto, tu vai cortando várias dessas disciplinas; muitas vezes é porque existem dificuldades ou dos alunos de entender a importância, às vezes, uma dificuldade dos professores em fazer com que as disciplinas se adequem à realidade daquilo que é o curso. [...] A importância da Sociologia para a Psicologia é fundamental. [...]. O grande desafio é como adequar a demandas específicas sem descaracterizar, por exemplo, com aquilo que se propõe no departamento, mas

também como contemplar realmente o que seria de contribuição para um futuro psicólogo

No curso de Nutrição a fala do coordenador C3 reitera o que jaz nos documentos oficiais e também na literatura: sobre a necessidade de entender o processo saúde-doença para além da dimensão biológica, ou seja, compreender seus determinantes sócio-culturais:

[...] eu acho que é essencial (a Sociologia) porque a gente tem trabalhado muito o conceito ampliado de saúde que o entendimento de saúde, que não é o contrário de doença, né. O que a gente tenta trabalhar é sair da questão do hospital, sair também da discussão do biológico, entendendo o processo social de determinação da doença e nesse aspecto é fundamental. E a gente tem como optativa também a disciplina de Antropologia da Nutrição, então essa bagagem é fundamental.

No caso do curso de Serviço Social, existe uma especificidade de aproximação maior com o departamento de Sociologia e Ciência Política em razão deste compartilhar dos mesmos objetos de estudo que a Sociologia e a Ciência Política, ainda que a formação mais propriamente profissional se oriente para outros destinos. O conhecimento sociológico e, inclusive, da Ciência Política e da Antropologia são, portanto, fundantes na formação do profissional do Assistente Social, tal como sustenta o coordenador C7:

A gente entende como um conteúdo fundamental pra pensar o Serviço Social, pra pensar as políticas sociais. Então, todo conhecimento das matrizes teóricas clássicas e contemporâneas são importantes. O estudo do Estado, né, Ciência Política [...] pra superar o senso-comum né, e pra ajudar a pensar a sociedade, as relações de Estado, sociedade, política [...].

Também há uma especificidade no caso do curso de Jornalismo que recentemente teve anunciada suas diretrizes curriculares para o profissional específico jornalista, desvinculado do currículo da Comunicação Social, processo este que gerou embates políticos-epistemológicos e dividiu a comunidade desses profissionais. Mas também muitas vezes se justifica a retirada de créditos de disciplinas da área das Ciências Sociais com as novas diretrizes e o princípio da flexibilização curricular, a qual permite àqueles alunos que tiverem um maior interesse nessa área a buscarem-na como formação complementar. O depoimento do coordenador C9 aponta uma preocupação quanto à importância de cada uma dessas ênfases de formação:

Então nós não podemos abrir mão da Sociologia, como não podemos abrir mão da Filosofia, da Estética, da teoria do Jornalismo, da Comunicação, dessas disciplinas que tem mais consistência teórica, sob pena dos nossos alunos se tornarem meramente reprodutores de práticas profissionais. Isso é pacífico.

O depoimento de C9 remete à possibilidade de a Sociologia trazer efetivamente o seu sentido crítico na formação profissional, quer seja, a de atentar para o mundo do trabalho: seu sentido ontológico, as rupturas e continuidades ao longo da história, a especificidade das relações de produção na ordem capitalista, enfim, até mesmo buscando entender as especificidades de cada profissão, por meio de um olhar sociológico:

De uma forma muito simplória, talvez até simplista, eu acho que ela pode suprir essa necessidade que a gente, que a academia precisa responder, para que as pessoas possam refletir sobre os processos de trabalho delas, né? Porque a Sociologia, tal e qual a Filosofia, nos permite construir uma certa estrutura de pensamento, nos orientarmos por fontes que já refletiram o mundo antes de nós, e dizer: É! De fato!

Quando os coordenadores foram questionados sobre como se dava a relação interdepartamental, houve desde casos que apontaram um extremo de ausências, até aqueles em que a relação se mostra bastante estreita. De uma forma geral, pode-se afirmar a existência de uma dificuldade na gestão interdepartamental, bem como pouco interesse em propiciar mais autonomia para os cursos¹³. Sobre esta questão, há que se atentar primeiro sobre a regulamentação do colegiado do curso, a qual determina que para um departamento integrar esse colegiado, ele precisa ter um número mínimo de horas/aula dentro daquele curso. E nesse sentido, é válido ressaltar que a redução de créditos de um dado departamento no currículo de um curso ao longo do tempo implica necessariamente na definição sobre sua participação (ou não) nas discussões de colegiado. Reitera-se, ainda, que essa dinâmica interdepartamental tem sido dada muitas vezes por personalidades, na medida em que, não existindo uma normativa nesse sentido, a relação se dá ou não a depender de interesses pessoais, da parte dos demandantes e do ofertante, ainda que estes interesses tenham caráter pedagógico; e na maior parte dos casos ela é indireta, ou seja, mediada pelo professor que atua no outro curso. O coordenador C3 exemplifica algumas dessas questões:

Nós divulgamos para todos os departamentos, para os chefes de departamento, e as vezes a gente conhece o professor, nem sempre quando é substituto, né?, divulgando o evento e vieram dois departamentos e um deles foi o de Sociologia. P5 é substituto, mas desde o ano passado, atua muito em conjunto conosco: participa de todas as formações. Nosso contato com o chefe de departamento é mais a distância, por email ou por telefone.

A partir das análises acima delineadas, vale retomar que as expectativas quanto às potencialidades educativas da disciplina de Sociologia apresentam diferenças de concepções

¹³ Por exemplo, para contratar o seu quadro docente completo, independente das formações e especializações exigidas dos docentes.

quando se coloca em comparação as DCNs (e os PPCs) de um lado, e as falas dos sujeitos entrevistados de outro. Isto é, os professores e coordenadores não reproduzem de uma forma geral aquilo que preconizam as DCNs sobre a relação da presença de disciplinas das humanidades, tal como a Sociologia, com a responsabilidade de desenvolver nos estudantes os valores indispensáveis ao exercício da cidadania, espelhando um conflito político em termos dos entendimentos sobre os sentidos do ensino de Sociologia.

Pelo contrário, os professores de maneira geral demonstram preocupações quanto à instrumentalidade dessa disciplina nos outros cursos, alguns apontando críticas e dificuldades em lidar com esta limitação, e outros argumentam ser a favor dessa adequação às demandas, não havendo, portanto, um consenso sobre as especificidades de sua contribuição na formação profissional. Pode-se afirmar, porém, que muitas posições dentre o grupo total de entrevistados convergem em atribuir à importância da Sociologia a necessidade de uma dimensão humanística na formação – por vezes entendida como conscientização sobre a realidade social, ou ainda desenvolvimento de capacidade crítica, reflexiva – e em contraposição ao tecnicismo hegemônico na educação de uma forma geral.

Por este motivo, faz-se importante tentar entender melhor quais sentidos políticos de cidadania esses documentos se prendem, e indagar quais as possibilidades mais criativas e críticas que poderiam existir na relação da disciplina de Sociologia com a formação profissional.

Duarte (2010) chama a atenção sobre as intersecções entre cidadania e moral, gerando um grande problema semântico e político, tendo em vista que a sociedade capitalista é, em essência, oposta ao desenvolvimento moral das pessoas, ou seja, para a manutenção da ordem capitalista que é garantida com o processo reprodutivo contínuo dos mercados e das relações de produção. Nesse sentido, o cultivo pela educação desse sentimento (valores) de cidadania, tal como preconizam os documentos – e, portanto, a política oficial – está longe de ser o caminho para superar os problemas sociais, também assinalados (mas não questionados) nesses documentos; está tampouco longe de assumir um papel efetivamente humanístico na educação, no sentido de promover autonomia, emancipação. Isto é, o “novo homem”, preconizado pela política educacional mais ampla, que deveria assumir a responsabilidade de se tornar um agente de mudança social, a partir de um sentimento de pertencimento à comunidade mundial/globalizada, não tem como superar esse antagonismo apenas dispondo de uma educação ética e moral, em conformidade à noção liberal de cidadania. E a grande

contradição é que a origem desses problemas está justamente na mesma lógica que sustenta e reproduz a sociedade capitalista; pois “Enquanto as relações sociais tiverem como mediação universal o dinheiro, o ‘cidadão do mundo’ não passará de uma idealização desprovida de real conteúdo”, ou seja, “a sociedade burguesa jamais superará a oposição entre o indivíduo real e o cidadão idealizado” (DUARTE, 2010, p.81).

Reitera-se, portanto, que a ausência de definições e problematizações na política oficial sobre esses termos: sobretudo cidadania, faz com que se perca o seu significado essencialmente crítico. Ou seja, questionam-se os limites do exercício da cidadania no contexto brasileiro atual se esta for entendida, por exemplo, como o pleno gozo dos direitos civis, políticos e sociais aos quais o Estado deveria resguardar. Mas, ao contrário, é justamente a ausência cada vez maior do Estado nessas garantias, fazendo com que tenhamos apenas uma democracia formal, haja vista que a participação da sociedade civil nas transformações sociais não tem sido suficiente para garantir a consolidação de uma democracia concreta, sobretudo no que tange à consolidação dos direitos sociais constitucionais. Ou seja, têm sido cada vez mais fortalecidos os direitos na dimensão da liberdade (civis) e da participação (política). Em contrapartida, os direitos sociais baseados na igualdade têm sido secundarizados, isso quando não são alvos de perdas, e relegados à sorte dos próprios indivíduos (MORAES, 2009).

4. Conclusão

Com a ausência de um debate consolidado sobre este tema, e com base numa reflexão sobre o contexto histórico (e educacional) atual, procuramos trazer as tensões e conflitos relatados pelos sujeitos entrevistados e nos documentos que refletem a política oficial, sobre os sentidos do ensino de Sociologia na educação profissional.

Todavia, com esses mesmos estudos, percebeu-se haver divergências no que se refere à conexão conhecimento sociológico – intervenção na realidade social, especialmente pela articulação entre o ensino de Sociologia ao exercício da cidadania, pois não há pesquisas empíricas que comprovem que o contato dos estudantes com o conhecimento sociológico promova intrinsecamente uma mudança de postura e atitudes de forma a transformar os estudantes em agentes de mudança social.

A política curricular oficial para a educação superior a qual, tal como para o ensino médio, acabou por atrelar as disciplinas das humanidades e, portanto também, a Sociologia à

formação para a cidadania, torna evidente a contradição relacionada com a defesa um ideal de educação integral e a implementação de um princípio de flexibilização curricular.

Tal contradição sugere que o discurso presente nos documentos oficiais, ao menos no que tange ao campo da presente pesquisa, acabe se constituindo em falácia, pois o cruzamento das informações legais com os depoimentos dos sujeitos demonstra que os cursos não têm conseguido operacionalizar (para além do pragmatismo) a flexibilidade como princípio curricular com uma formação para o exercício da cidadania. Esta realmente parece estar designada para as disciplinas de Sociologia, e outras das humanidades que também aparecem com frequência nas matrizes curriculares, tais como a Ciência Política, a Filosofia, em menor número a História e a Psicologia, ao menos nos cursos em análise nesta pesquisa.

Os professores, de maneira geral, demonstraram preocupações quanto à instrumentalidade dessa disciplina nos outros cursos, alguns apontando críticas e dificuldades em lidar com esta limitação, e outros argumentaram ainda ser a favor dessa adequação às diferentes demandas, não havendo, portanto, um consenso sobre as especificidades de sua contribuição na formação profissional. Pode-se afirmar, porém, que muitas posições, dentre o grupo total de entrevistados, convergem em atribuir à importância da Sociologia a necessidade de uma dimensão humanística na formação – por vezes entendida como conscientização sobre a realidade social, ou ainda desenvolvimento de capacidade crítica, reflexiva – e em contraposição ao tecnicismo hegemônico na educação.

Vale destacar, sobretudo, que independente de suas percepções e posicionamentos, foi possível identificar a partir das suas falas que a configuração atual do trabalho pedagógico com esta disciplina nos cursos da UFSC se dá, na maior parte das vezes, por uma relação de instrumentalidade com o curso demandante, e vários dos docentes apontam limitações quanto às possibilidades de uma contribuição efetiva da participação da Sociologia na formação profissional, isto é, no sentido de desenvolver nos estudantes um pensamento crítico, ou um olhar sociológico.

Os coordenadores dos cursos, de uma forma geral, as disciplinas de Sociologia aparecem como fundamentais para uma conscientização racional-científica da realidade social; são vistas como a importante dimensão humana, que é uma demanda de formação nesses cursos, ainda que haja, em alguns casos, limitações (compreensíveis) quanto ao entendimento desses profissionais sobre o campo específico da Sociologia. Evidenciou-se, portanto, existir atualmente uma dificuldade na gestão interdepartamental, no sentido que ela

se encontra atualmente sujeita a personalidades, isto é, não havendo um aparato institucional sólido que oriente a relação entre os departamentos para além de formalidades, o interesse na participação dos professores do departamento de Sociologia e Ciência Política em discussões didático-pedagógicas nos diferentes cursos se dá a partir da iniciativa pessoal (seja da parte dos cursos que estabelecem esse contato, seja da parte de professores que procuram se integrar nas discussões).

Prepositivamente, e tendo em vista que a educação superior brasileira atual tem enfatizado uma formação profissionalizante, afirmamos que a contribuição crítica da Sociologia para formação profissional poderá contribuir atentando os estudantes, futuros profissionais, para o mundo do trabalho por meio das questões elaboradas pelos conhecimentos produzidos no campo da Sociologia do Trabalho e da Sociologia das Profissões, estes transversalizando a condição de todos os sujeitos em formação.

5. Referências Bibliográficas

- CARVALHO, João Mauro G.V. Competência e desempenho: avaliação e administração da formação. *Sem Aspas*, v. 2, n. 1, 2013. Disponível em: < <http://seer.fclar.unesp.br/semaspas/article/view/6923> > Acesso em 05 de julho de 2017.
- DUARTE, Newton. Limites e contradições da cidadania na sociedade capitalista. *Revista Pro-Posições*, Campinas, v. 21, n. 1, 2010. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/pp/v21n1/v21n1a06.pdf> > Acesso em 28 de junho de 2017.
- GROISMAN, Alberto. Ensino de antropologia em "outros cursos". In: GROSSI, M; RIAL, C.; TASSINARI, A.(Org.). *Ensino de antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além-fronteiras*. Blumenau: Nova Letra, v.1, p. 333-349, 2006. Disponível em: < <http://www.abant.org.br/conteudo/livros/EnsinoDeAntropologia.pdf> > Acesso em 15 de junho de 2017.
- MEC. *Orientações para as Diretrizes Curriculares dos cursos de graduação*. Brasília, DF, 1997. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12991> > Acesso em 10 de junho de 2017.
- MEC. *Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN dos Cursos de Graduação*. Brasília, DF, 2003. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0067.pdf> > Acesso em 10 de junho de 2017.
- MOURÃO, Pablo Augusto Lima. Análise da Medida Provisória nº 525/2011: ampliação da contratação temporária de professores substitutos e precarização do trabalho docente nas universidades federais. *JusNavigandi* (on-line), agosto de 2012. Disponível em: < <http://jus.com.br/artigos/22456/analise-da-medida-provisoria-n-525-2011-ampliacao-da-contratacao-temporaria-de-professores-substitutos-e-precarizacao-do-trabalho-docente-nas-universidades-federais#ixzz375QpHiKI> > Acesso em 10 de julho 2017.
- NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA, A.E. et al. *Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez, 2006.

Disponível em: < http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-1.pdf > Acesso em 15 de julho de 2017.

PEREIRA, E. M. A. *Currículo universitário: o que pensam os docentes?* Org. Afrânio Mendes Catani, São Paulo: Xamã, 2011. Disponível em: < <http://www.anped11.uerj.br/CURRICULOUNIVERSITARIO.pdf> > Acesso em 05 de julho de 2017.

RODRIGUES, M. M.. Um "novo humanismo" na educação: significados e implicações. *Educação Unisinos*, v. 15, n. 2, 2011. Disponível em: < <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2011.152.04> > Acesso em 10 de julho de 2017.

SARTORI, Ari José. O ensino de antropologia para quem não vai ser antropólogo na região Sul. *PerCursos*, v. 13, n. 1, p. 99-119, 2012. Disponível em: < <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/2522> > Acesso em 15 de junho de 2017.

THOMÉ, R. V. B.. *Ensino de Sociologia nos cursos universitários para outros profissionais: possibilidade de conhecimento ou apenas informação*. In: XI Congresso Brasileiro de sociologia, 2003, Campinas. Sociologia e conhecimento além das fronteiras. Campinas: Gráfica IFCH/Unicamp, 2003. p. 309. Disponível em: < http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?searchword=ensino+de+sociologia&ordering=newest&searchphrase=exact&limit=10&option=com_search&limitstart=10 > Acesso em 01 de junho de 2017.